

# SEGURANÇA<sup>+</sup>i

## APSEI

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURANÇA

# GUIA PRÁTICO DE CONFORMIDADE DE SISTEMAS DE INTRUSÃO

Cofinanciado por:



Revisão e verificação efetuada por:



# ÍNDICE

<b>1. Introdução</b>	<b>3</b>
<b>2. Características gerais de um sistema de deteção contra intrusão</b>	<b>4</b>
2.1. Constituição	4
2.2. Graus de segurança do sistema	5
2.3. Classes ambientais	6
<b>3. Conceção do sistema</b>	<b>7</b>
<b>4. Planeamento da instalação</b>	<b>9</b>
<b>5. Instalação do sistema</b>	<b>10</b>
5.1. Ensaaios funcionais	10
5.2. Entrega do sistema	11
5.3. Período de teste	11
<b>6. Documentação</b>	<b>11</b>
 <b>ANEXOS</b>	 <b>13</b>
<b>A1. Conteúdo do certificado de instalação de sistema de deteção contra intrusão</b>	<b>14</b>
<b>A2. Conteúdo do termo de responsabilidade do técnico responsável</b>	<b>15</b>
<b>A3. Conteúdo do livro de registo de ocorrências</b>	<b>16</b>
<b>A4. Resumo das medidas de segurança obrigatórias por estabelecimento (Portaria n.º 273/2013, alterada pela portaria n.º 106/2015 de 13 de abril)</b>	<b>17</b>
<b>A5. Etapas de instalação de sistemas de deteção contra intrusão</b>	<b>18</b>
<b>A6. Lista de procedimentos de instalação de sistemas de deteção contra intrusão</b>	<b>19</b>
<b>A7. Regulamentação aplicável</b>	<b>20</b>

# 1. INTRODUÇÃO

Decorrente da publicação da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, que estabelece o Regime Jurídico do Exercício da Atividade de Segurança Privada, aquando da instalação de um sistema de deteção contra intrusão, os instaladores estão obrigados a emitir um certificado que ateste que a instalação efetuada está em conformidade com as disposições da especificação técnica CLC/TS 50131-7.

Com este Guia pretende-se disponibilizar, aos profissionais do setor, os instrumentos necessários à verificação da conformidade da instalação com a especificação técnica CLC/ TS 50131-7 e, consequentemente, à emissão do certificado de instalação exigido pelo novo Regime Jurídico de Segurança Privada.

## Enquadramento dos sistemas de deteção contra intrusão

Os sistemas de deteção contra intrusão são sistemas automáticos que possuem na sua constituição equipamentos eletrónicos com capacidade para detetar ocorrências de intrusão num determinado espaço. Estes dispositivos podem ser sensores de movimento, contactos magnéticos, botões de pânico, entre outros, que enviam sinais à central de intrusão. Os sistemas devem promover alarmes acústicos e/ou óticos, bem como alertas através da transmissão remota dos alarmes. Estes sistemas devem permitir a dissuasão, deteção e alerta, sendo utilizados na proteção de pessoas e bens patrimoniais. Para que esta proteção seja eficiente, o sistema de deteção contra intrusão deve estar adaptado à especificidade do local e cumprir com as normas europeias que lhe são aplicáveis. A eficácia destes sistemas depende da sua correta conceção, instalação e manutenção por entidades devidamente qualificadas e autorizadas.

O projeto de instalação de um sistema de deteção contra intrusão deve ser elaborado de acordo com a norma CLC/TS 50131-7, de modo a minimizar a ocorrência de falsos alarmes. Para tal, deve ser selecionado o grau de segurança mais adequado, tendo em conta os requisitos legais, bem como o nível de desempenho e as condições ambientais nas quais os equipamentos terão de operar.

## 2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DE UM SISTEMA DE DETEÇÃO CONTRA INTRUSÃO

### 2.1. Constituição

Regra geral, um sistema de deteção contra Intrusão tem a seguinte constituição:

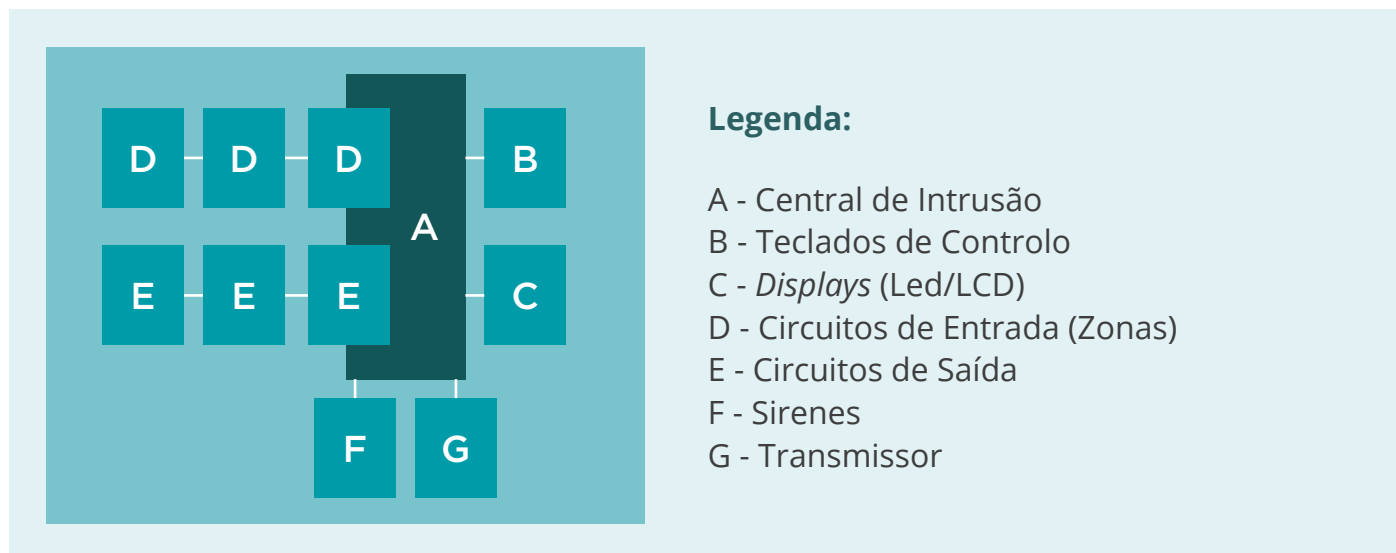


Fig. 1- Exemplo de um sistema de deteção contra intrusão

- **Central de Intrusão** — também designada de Unidade de Controlo, é responsável pelo controlo do funcionamento de todo o sistema. Este elemento recebe a informação proveniente das entradas (detetores, botões de pânico), e aciona os dispositivos de saída aquando da ocorrência de uma intrusão no espaço protegido. A central de intrusão e os dispositivos podem comunicar através de uma rede de cabos ou via rádio.

- **Dispositivos de Entrada:**

- > **Detetores** — são responsáveis pela deteção automática da ocorrência, devendo ser instalados nos pontos passíveis de intrusão, como portas, janelas, claraboias, etc. Podem ser detetores de movimento, detetores de abertura, detetores de impacto ou vibração, detetores de quebra de vidro, etc..

- > **Botões de Pânico** — são os dispositivos que permitem o acionamento manual de um alarme, podendo ser instalados em locais sujeitos a coação externa.

- **Dispositivos de Saída:**

- > **Dispositivos de Alarme** — têm como função alertar a ocorrência localmente, podendo ser de sinalização acústica e/ou luminosa.

- > **Transmissores de Alarme** — dispositivos que têm como função transmitir remotamente a existência da ocorrência.

> **Comandos Externos** — são responsáveis pela ativação externa de ações complementares (por exemplo: fecho e bloqueio de portas, controlo de iluminação, simulação de presença, ligação a sistemas de videovigilância, etc.).

• **Dispositivos de Operação** — são os meios que permitem a interação entre o utilizador e o sistema (controlos remotos, teclados, etc.).

## 2.2. Graus de segurança do sistema

O grau de segurança de um sistema de deteção contra intrusão determina o seu desempenho. A classificação é composta por quatro graus distintos, sendo o grau 1 o mais baixo e o grau 4 o mais alto. O grau do sistema é determinado não só pelo componente de grau mais baixo, mas também pela sua conceção e instalação. Quando um sistema é dividido em subsistemas claramente definidos, um sistema pode incluir componentes de graus diferentes dentro de cada subsistema. O grau de um subsistema deve ser o do seu componente de grau mais baixo. Componentes partilhados por mais do que um subsistema devem ter um grau igual ao do subsistema de grau mais alto (p.ex., dispositivos de controlo e sinalização, sistemas de transmissão de alarme, dispositivos de alerta, fontes de alimentação).

A EN 50131-1 define quatro graus de segurança, em função do grau de conhecimento dos potenciais intrusos e das ferramentas e instrumentos a que os mesmos possam ter acesso. Por sua vez, a Portaria n.º 273/2013, alterada pela portaria n.º 106/2015, define a aplicabilidade dos sistemas de deteção contra intrusão aos graus previstos na norma.

### Grau 1: Risco baixo

É esperado que um intruso ou ladrão tenha pouco conhecimento de sistema e esteja restrito a uma gama limitada de ferramentas facilmente disponíveis. É o grau exigido no Regime Jurídico para os sistemas de alarme dotados de sinalização acústica, não obrigados a adotar sistemas de segurança obrigatórios e não ligados a central de receção e monitorização de alarmes.

### Grau 2: Risco baixo a médio

É esperado que um intruso ou ladrão tenha conhecimento limitado de sistema e utilize uma gama geral de ferramentas e instrumentos portáteis (p.ex., um multímetro). É o grau exigido no Regime Jurídico para sistemas instalados em residências ou outros estabelecimentos não obrigados a adotar sistemas de segurança obrigatórios e que estejam ligados a centrais de receção e monitorização de alarmes ou a centro de controlo.

### Grau 3: Risco médio a alto

É esperado que um intruso ou ladrão esteja familiarizado com o sistema e tenha uma ampla gama de ferramentas e equipamentos eletrónicos portáteis. É o grau exigido no Regime Jurídico para sistemas instalados em empresas ou entidades industriais, comerciais e de serviços que devam adotar medidas de segurança previstas no artigo 8.º da Lei n.º 34/2013, e que estejam ligados a centrais de receção e monitorização de alarmes ou a centro de controlo.

## Grau 4: Risco alto

Para ser usado quando a segurança tem prioridade sobre todos os outros fatores. É esperado que um intruso ou ladrão tenha a capacidade ou recursos para planejar uma intrusão ou roubo em detalhe e tenha uma gama completa de equipamentos, incluindo meios de substituição de componentes de um sistema. É o grau exigido no Regime Jurídico para sistemas em instalações classificadas de infraestruturas críticas, instalações militares ou das forças e serviços de segurança, instalações de armazenamento de explosivos e substâncias explosivas, instalações previstas nos artigos 8.º e 9.º da Portaria n.º 273/2013, alterada pela portaria n.º 106/2015 de 13 de abril e instalações previstas nos artigos 8.º e 9.º da Portaria n.º 273/2013 e instalações de depósito e guarda de valores e metais preciosos.

Em todos os graus, o termo “intruso” destina-se a abranger outros tipos de ameaça (por exemplo, roubo ou ameaça de violência física, o que poderá influenciar a conceção de um sistema).

## 2.3. Classes ambientais

Os componentes devem ser adequados à classe ambiental aplicável.

A EN 50131-1 estabelece quatro classes ambientais (classes I, II, III e IV), em que a classe IV é a mais severa, sendo definidas da seguinte forma:

### Classe ambiental I – Interior

Influências ambientais normalmente encontradas no interior quando a temperatura é estável (p.ex. em propriedades residenciais ou comerciais). Para ambientes onde seja expectável que as temperaturas variem entre +5°C e +40°C, com uma humidade relativa média de aproximadamente 75%, sem condensação.

### Classe ambiental II – Geral

Influências ambientais normalmente encontradas no interior quando a temperatura não é estável (p.ex. em corredores, *halls* ou escadas e onde pode ocorrer condensação nas janelas e em áreas de armazenamento não aquecidas ou em armazéns onde o aquecimento é intermitente). Nestes casos é expectável que a temperatura ambiente possa variar entre -10°C e +40°C, com uma humidade relativa média de aproximadamente 75%, sem condensação.

### Classe ambiental III – Em zonas abrigadas exteriores ou no interior com condições extremas

Influências ambientais normalmente encontradas no exterior, quando os componentes do sistema não estão completamente expostos às condições climatéricas, ou no interior, em condições ambientais extremas. É expectável que as temperaturas variem entre -25°C e +50°C, com uma humidade relativa média de aproximadamente 75%, sem condensação. Durante 30 dias por ano, a humidade relativa poderá variar entre 85% e 95%, sem condensação.

## Classe ambiental IV – Exterior - Geral

Influências ambientais normalmente encontradas no exterior quando os componentes do sistema estão completamente expostos às condições climáticas. Para locais onde seja esperado que as temperaturas variem entre os -25°C e +60°C, com uma humidade relativa média de aproximadamente 75%, sem condensação. Durante 30 dias por ano, a humidade relativa poderá variar entre 85% e 95%, sem condensação.

# 3. CONCEÇÃO DO SISTEMA

Este capítulo tem como objetivo fornecer as informações necessárias à seleção dos componentes constituintes do sistema de deteção contra intrusão, consoante os critérios de funcionalidade e desempenho definidos e os graus de segurança e classes ambientais necessários, bem como à preparação de uma proposta de conceção do sistema que inclua o número e o tipo de detetores e a sua localização.

Neste ponto devem ser identificadas as vulnerabilidades do espaço a proteger, as suas especificidades construtivas, localização e tipo de ocupação do espaço, bem como o eventual histórico de ocorrências.

Na determinação do risco de intrusão de um dado espaço, tendo em conta os bens a proteger, devem ser considerados os seguintes fatores:

- **Tipo:** facilidade de comercialização; atração para o intruso; perigo de roubo;
- **Valor:** valor máximo provável de uma perda única; custos decorrentes da perda; valor sentimental;
- **Volume ou tamanho:** facilidade de remoção e transporte; facilidade em vender o bem; facilidade de acesso ao espaço protegido;
- **Histórico de furtos e roubos:** métodos de ataque utilizados em furtos e roubos anteriores;
- **Perigo:** para o ambiente e para pessoas, proveniente da sua má utilização;
- **Danos:** vandalismo e risco de incêndio dos bens.

Relativamente à estrutura do espaço a proteger, é necessário ter em consideração os seguintes fatores:

- **Construção:** paredes, teto e chão;
- **Aberturas:** janelas, portas, claraboias, condutas de ventilação ou outras aberturas na estrutura do edifício que possam facilitar entradas não autorizadas;
- **Ocupação:** se as instalações protegidas estão desocupadas por longos períodos; a existência de vigilância; se o público tem acesso às instalações protegidas;

- **Localização:** se as instalações supervisionadas estão localizadas numa área de elevado risco de crime; a presença de edifício adjacente ou estruturas que possam facilitar uma intrusão; a velocidade e a qualidade da resposta ao alarme; a proximidade ou não de instalações adjacentes ocupadas;
- **Segurança existente:** a qualidade e a extensão de qualquer dispositivo físico de segurança existente ou de qualquer outro sistema de deteção contra intrusão;
- **Furto, roubo e histórico de ameaças:** o número de furtos anteriores, roubos e ameaças nos espaços protegidos; os métodos de ataque, roubo ou ameaça utilizados durante os furtos anteriores;
- **Legislação ou regulamentação local:** requisitos de segurança, regulamentação ou aspetos construtivos de incêndio que possam influenciar a conceção do sistema;
- **Segurança do ambiente:** se o edifício está localizado numa área urbana ou numa área rural.

Os fatores descritos anteriormente são determinantes na definição do nível de proteção que o espaço necessita. Com base nesta avaliação, devem ser definidos o método de intrusão expectável em cada zona do espaço a proteger e o grau de segurança mais adequado ao sistema.

O Quadro 1 tem como objetivo fornecer orientações de proteção relativamente ao tipo de intrusão expectável nas diferentes zonas do espaço a proteger. Deve basear-se na avaliação de risco durante a inspeção do local e nos prováveis métodos de intrusão suscetíveis de serem utilizados por intrusos com níveis de conhecimento diferentes.

Em muitos casos, poderão ser considerados exemplos de diferentes graus para atingir o nível pretendido de supervisão para um determinado espaço. Os níveis de supervisão do quadro seguinte são incluídos como exemplos a serem considerados.

A ser considerado	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4
Portas no perímetro	A	A	A + P	A + P
Outras aberturas		A	A + P	A + P
Janelas		A	A + P	A + P
Paredes				P
Tetos e telhados				P
Chãos				P
Sala	E	E	E	E
Objeto (risco alto)			O	O

#### Legenda:

**A** = Abertura

**P** = Penetração (i.e. supervisão das estruturas para detetar intrusão ou uma tentativa de intrusão)

**O** = Objeto que requer especial consideração

**E** = Emboscado (i.e. supervisão de áreas selecionadas onde exista uma elevada probabilidade de deteção)

Durante a preparação da proposta de conceção do sistema, aconselha-se a realização de uma auditoria prévia ao local, de forma a identificar os fatores que possam influenciar a seleção e a localização dos componentes do sistema, em particular dos detetores. Assim, o objetivo desta auditoria é garantir que os requisitos incluídos na proposta de conceção do sistema podem ser alcançados e identificar qualquer fator que possa influenciar a sua operação.

Devem também ser consideradas as condições que ocorrem tanto no interior como no exterior do espaço a proteger. No interior do espaço podem ser considerados diversos fatores que podem influenciar a conceção dos sistemas, como tubagens de água, sistemas de aquecimento, ventilação ou ar condicionado, objetos ou sinalização suspensa, escadas, iluminação, interferências eletromagnéticas, ruído exterior, animais de estimação, correntes de ar, etc..

No exterior do espaço também podem existir fatores que, embora não possam ser controlados pelo utilizador do sistema, influenciam a sua operação, como fatores permanentes, p.ex autoestradas, linhas férreas, parques de estacionamento, tráfego aéreo, ou fatores temporários, como edifícios adjacentes em construção. Outros fatores a considerar podem ser as condições ambientais do local (p.ex. se está junto a uma zona costeira com ventos fortes), as interferências de frequências de rádio, particularidades de espaços adjacentes (por exemplo, operação de maquinaria pesada), etc..

A proposta de conceção do sistema deve ser submetida ao proprietário ou utilizador do sistema e incluir informações referentes à entidade e ao espaço a proteger, grau de segurança e classe ambiental do sistema, lista de equipamentos, especificações funcionais do sistema, detalhes dos meios de transmissão propostos, detalhes da conformidade dos componentes do sistema com a regulamentação aplicável, bem como recomendações para intervenções no sistema em caso de alarme ou avaria, manutenção programada e serviço de assistência técnica.

A proposta pode estar sujeita a alteração noutras etapas de implementação da conceção como por exemplo durante as fases de planeamento e de implementação da instalação. Qualquer alteração deverá ser acordada entre as partes envolvidas, devendo a documentação ser corrigida de acordo com as alterações implementadas

## 4. PLANEAMENTO DA INSTALAÇÃO

Antes de se iniciar a instalação do sistema devem ser consideradas as seguintes questões:

- **Recomendações do fabricante:** Todos os componentes do sistema deverão ser instalados de acordo com as recomendações do fabricante, mas caso isto não seja possível, o instalador deverá solicitar o apoio do fabricante ou do distribuidor do equipamento.
- **Condições ambientais:** Os componentes do sistema devem ser adequados às condições ambientais do local onde têm de operar.
- **Auditoria Técnica:** Para assegurar que o desempenho do sistema é consistente com os

requisitos detalhados na conceção, deve ser realizada uma auditoria técnica ao local. Esta auditoria deve considerar a operação expectável do sistema, em particular os procedimentos de armar e desarmar, de modo a garantir que a sua operação seja a mais eficaz possível. Deve ser confirmada a seleção e localização dos componentes especificados na proposta de conceção.

- **Interligações:** Devem ser considerados os requisitos técnicos das interligações e verificados os meios especificados na conceção do sistema.

- **Alterações à conceção do sistema:** A auditoria técnica pode levar à introdução de modificações na conceção, que deverão ser acordadas e registadas com o proprietário ou utilizador do sistema.

- **Projeto de instalação:** Deve ser elaborado um projeto de instalação do sistema caso este tenha uma dimensão e complexidade que o justifique. O projeto deve ter por base a proposta de conceção do sistema e deve considerar quaisquer situações identificadas na auditoria técnica, bem como especificar onde cada componente do sistema deve estar localizado e como deve ser instalado (por exemplo a altura a partir do chão). O projeto deve ainda detalhar as interligações necessárias, os tipos de cabos e os seus percursos, bem como estabelecer a configuração do sistema (por exemplo procedimentos de armar e desarmar, programação, períodos de duração de alarme sonoro dos dispositivos de aviso, etc.). Por último, o projeto deve ainda incluir uma lista detalhada do equipamento a ser instalado (incluindo cablagem).

## 5. INSTALAÇÃO DO SISTEMA

O sistema deve ser instalado e configurado de acordo com a proposta de conceção do sistema, sendo que caso existam algumas alterações relativamente a essa proposta, estas deverão ser acordadas por escrito com o proprietário ou utilizador do sistema.

### 5.1. Ensaios funcionais

Após terminada a instalação, o sistema deve ser inspecionado para se confirmar que a instalação está de acordo com a proposta de conceção do sistema e com o projeto de instalação (se existir). Deverão ser verificadas as configurações de dados específicos de cada local, para confirmar que a indicação e notificação fornecidas estão conforme definido no projeto de instalação. Por último, deverá ser realizado um ensaio completo à operação do sistema, que inclua a ativação de todos os dispositivos de aviso e transmissores dos locais protegidos. Quando aplicável, deve ainda ser realizado um ensaio com a central de receção de alarmes, para garantir que os sinais provenientes dos transmissores estão a ser devidamente recebidos. Concluídos os ensaios, o sistema deve ser colocado em serviço.

## 5.2. Entrega do sistema

A entrega do sistema ao utilizador deverá ser realizada por um técnico com a formação e experiência adequadas. Nesta etapa, deverá ser realizada uma demonstração total do sistema, incluindo a operação dos detetores, dos botões de pânico (caso existam), dispositivos de operação, sistema de transmissão de alarme, bem como os procedimentos de comunicação com a central de receção e monitorização de alarmes (quando aplicável).

Estas instruções devem ser fornecidas em língua portuguesa aos utilizadores responsáveis pela operação do sistema. Consoante a complexidade dos sistemas, pode ainda ser necessário formar os utilizadores para que estes possam operá-lo, sendo que o nível dessa formação dependerá da complexidade do sistema.

## 5.3. Período de teste

Após a entrega do sistema, é recomendado que este seja testado durante o período acordado com o proprietário ou utilizador do sistema, período durante o qual o sistema deverá ser operado normalmente. De forma a minimizar o risco de falsos alarmes durante este período, os meios de notificação deverão ser inibidos. Alternativamente, quando um sistema de transmissão de alarmes tenha sido instalado, este deve ser mantido em funcionamento devendo apenas ser inibida a operação dos dispositivos de aviso. Caso ocorra uma condição de alarme, a empresa instaladora ou o proprietário ou utilizador do sistema, deverão investigar a origem do alarme e realizar as medidas corretivas necessárias. Findo este período, se não tiverem ocorrido ativações indesejadas, o sistema deve ser considerado concluído.

# 6. DOCUMENTAÇÃO

No referente a documentação, é necessário considerar três documentos distintos, da responsabilidade das entidades sujeitas a registo prévio. A obrigatoriedade da emissão destes documentos decorre das Portarias n.º 272/2013 e 273/2013, alteradas pelas portarias n.º 105/2015, de 13 de abril, e n.º 106/2015, de 13 de abril, respetivamente.

Aquando da instalação de um sistema de deteção contra intrusão, é obrigatória a emissão de um certificado de instalação, que ateste a conformidade com a especificação técnica CLC/TS 50131-7. Este certificado, conforme exigido no n.º 2 do artigo 107.º e 113.º da Portaria n.º 273/2013 alterada pela Portaria n.º 106/2015, de 13 de abril (vide Anexo A1), deve ser entregue ao proprietário ou utilizador do sistema com a conclusão da instalação.

Por outro lado, a instalação, manutenção ou assistência técnica de um sistema de deteção contra intrusão pressupõe também a emissão de um termo de responsabilidade por parte do Técnico Responsável da entidade instaladora. A emissão deste Termo de Responsabilidade é exigida no artigo 6.º da Portaria n.º 272/2013, de 20 de agosto de 2013, alterada pela portaria n.º 105/2015, de 13 de abril (vide Anexo A2).

Finalmente, por cada sistema instalado deverá ser entregue ao proprietário ou utilizador do sistema, um livro onde devem ser registadas todas as informações necessárias para assegurar que o sistema opera devidamente. A exigência deste livro de registo de ocorrências decorre do n.º 3 do artigo 113.º da Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto de 2013, alterada pela portaria n.º 105/2015, de 13 de abril (vide Anexo A3).

O livro de registos deve estar sempre atualizado e disponível. O proprietário ou utilizador do sistema deve disponibilizá-lo aos técnicos responsáveis pela manutenção do sistema.

# ANEXOS

# A1. CONTEÚDO DO CERTIFICADO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE DETEÇÃO CONTRA INTRUSÃO

- Identificação da entidade sujeita a registo prévio, com menção da sua designação comercial e do número de registo atribuído pela PSP;
- Identificação do técnico responsável da entidade sujeita a registo prévio, com a menção do seu nome, número de documento de identificação e número do certificado de acreditação passado pela PSP;
- Identificação do local onde o equipamento foi instalado, com menção ao endereço e ao proprietário do referido local;
- Identificação da entidade para quem o serviço foi prestado (no caso de não se tratar do proprietário do local);
- Identificação do equipamento instalado, com a especificação da natureza do mesmo, fim a que se destina, área coberta por este no local sujeito a intervenção e tratando-se de equipamento de videovigilância, menção ao registo obrigatório nos termos do artigo 31.º da lei n.º 34/2013, de 16 de maio, sempre que aplicável;\*
  - Data da instalação;
  - Certificação, sob compromisso de honra, de que o equipamento instalado cumpre o estipulado no artigo 113.º n.º 2, da Portaria n.º 273/2013, de 20 de Agosto, alterada pela portaria n.º 106/2015, de 13 de abril;
  - Identificação do técnico instalador, no caso de não ser o técnico responsável, com menção ao seu nome, número de documento de identificação e número do contrato de trabalho com a entidade titular de registo prévio;
  - Data e local da assinatura;
  - Assinatura do técnico responsável (não confundir com o técnico instalador), conforme BI ou CC.

\* Identificando o número de registo atribuído pela PSP ou a data de comunicação.

## A2. CONTEÚDO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE DO TÉCNICO RESPONSÁVEL

- Identificação da entidade sujeita a registo prévio, com menção da sua designação comercial e do número de registo atribuído pela PSP;
- Identificação do técnico responsável da entidade sujeita a registo prévio, com a menção do seu nome, número de documento de identificação e número do certificado de acreditação passado pela PSP;
- Identificação do local onde o equipamento foi ou será instalado, com menção ao endereço e ao proprietário do referido local;
- Identificação da entidade para quem o serviço foi ou será prestado (no caso de não se tratar do proprietário do local);
- Identificação do equipamento instalado ou a instalar, com a especificação da natureza do mesmo, fim a que se destina, área coberta por este no local sujeito a intervenção e tratando-se de equipamento de videovigilância, menção ao registo obrigatório nos termos do artigo 31.º da lei n.º 34/2013, de 16 de maio, sempre que aplicável;
- Data da instalação, quando aplicável;
- Certificação, sob compromisso de honra, de que o projeto de instalação e o equipamento instalado (conforme o caso) cumprem o estipulado no artigo 113.º n.º 1 e 2, da Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto, alterada pela portaria n.º 106/2015, de 13 de abril;
- Data e local da assinatura;
- Assinatura do técnico responsável, conforme BI ou CC.

## A3. CONTEÚDO DO LIVRO DE REGISTO DE OCORRÊNCIAS

- Identificação da entidade sujeita a registo prévio, com menção da sua designação comercial e do número de registo atribuído pela PSP;
- Identificação do técnico responsável da entidade sujeita a registo prévio, com a menção do seu nome, número de documento de identificação e número do certificado de acreditação passado pela PSP;
- Identificação do equipamento instalado;
- Identificação do local onde o equipamento foi instalado, com menção ao endereço e ao proprietário;
- Identificação da entidade que opera o equipamento, no caso de não se tratar do proprietário do local onde o mesmo está instalado;
- Data da instalação do equipamento;
- Natureza da ocorrência;
- Data da comunicação da ocorrência;
- Trabalho efetuado;
- Data do trabalho efetuado (início e fim);
- Assinatura do técnico responsável pelo trabalho efetuado;
- Assinatura do técnico responsável (conforme BI ou CC).

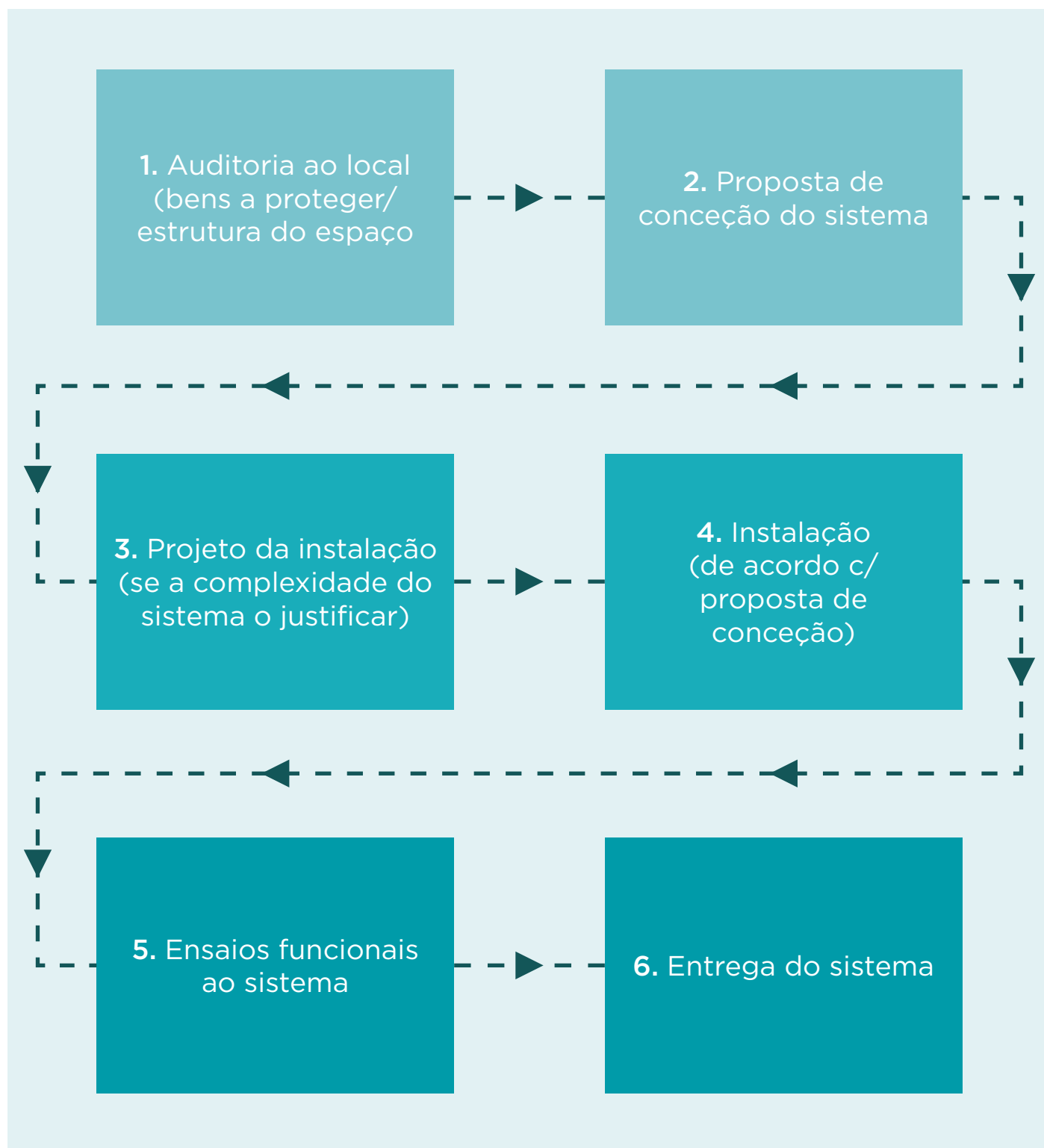
## A4. RESUMO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIAS POR ESTABELECIMENTO (PORTARIA N.º 273/2013, ALTERADA PELA PORTARIA N.º 106/20177, DE 13 DE ABRIL)

Anexo de carácter informativo; não dispensa a consulta da legislação em vigor.

	Videovigilância	Deteção contra Intrusão	Outros dispositivos
<b>Empresas com alvará ou licença de autoproteção, instalações operacionais, zonas onde estejam instaladas as centrais.</b>	Requisitos mínimos do anexo I da Portaria 273/2013, alterada pela portaria n.º 106/2015, de 13 de abril	Grau 4 <sup>1</sup>	Central de controlo Cofre-forte Porta blindada Gerador
<b>Instituições de crédito, sociedades financeiras, conjuntos comerciais e grandes superfícies de comércio</b>	Permitir a identificação de pessoas e garantir a cobertura zonas de atendimento ao público, de depósito e guarda de valores, e de cofres, dispensadores de dinheiro ou caixas automáticas	Grau 3	Central de Controlo: Paredes c/ categoria de resistência de Grau 2; Vidros c/ nível de blindagem BR2; Portas de acesso c/ sistema de interbloqueamento e acesso condicionado e restrito c/ dispositivo de abertura controlado pelos operadores
<b>Joalharia, ourivesarias, galerias arte (&gt;15.000€)</b>	✓	Se ligado a central: Grau 3	Caixa-forte ou cofre: Grau 3
<b>Farmácias e postos de abastecimento de combustível</b>	✓	Se ligado a central: Grau 3	
<b>Bares e discotecas &gt; 100 lugares</b>	Identificação de pessoas nos locais de entrada e saída das instalações e, nos casos em que a lotação for superior a 200 pessoas, o controlo de toda a área destinada a clientes		Deteção de armas, objetos de uso proibido
<b>Recintos desportivos onde se realizem espetáculos desportivos</b>	Gravação de imagens e som: obrigatória desde a abertura até ao encerramento. Aviso deve estar traduzido numa língua estrangeira		Controlo de acessos

<sup>1</sup> - À data deste documento não está disponível equipamento de Grau 4.

## A5. ETAPAS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE DETEÇÃO CONTRA INTRUSÃO



## A6. LISTA DE PROCEDIMENTOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE DETEÇÃO CONTRA INTRUSÃO

- ☐ Verificação da lista de equipamentos do sistema
- ☐ Verificação do projeto de instalação do sistema (caso a sua complexidade o justifique)
- ☐ Verificação técnica e das condições do local
- ☐ Acordar e registar alterações à conceção do sistema c/ o proprietário ou utilizador do sistema (se aplicável/ necessário)
- ☐ Instalação
- ☐ Programação/Parametrização
- ☐ Ensaaios ao sistema
- ☐ Entrega do manual de operação e manutenção
- ☐ Emissão de um certificado de instalação
- ☐ Emissão de termo de responsabilidade
- ☐ Entrega do livro de registos de ocorrências
- ☐ Formação aos utilizadores do sistema
- ☐ Demonstração do funcionamento do sistema ao proprietário ou utilizador do sistema
- ☐ Período de teste
- ☐ Conclusão do sistema

## A7. REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

Lista não exaustiva da legislação aplicável:

- **Lei n.º 34/2013, de 16 de maio de 2013** — Estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada e procede à primeira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal).
- **Portaria n.º 272/2013, de 20 de agosto de 2013 alterada pela portaria n.º 105/2015, de 13 de abril** — Define os requisitos e o procedimento de registos, na Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP), das entidades que procedam ao estudo e conceção, instalação, manutenção ou assistência técnica de material e equipamento de segurança ou de centrais de alarme.
- **Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto de 2013, alterada pela portaria n.º 106/2015, de 13 de abril** — Regula as condições específicas da prestação dos serviços de segurança privada, o modelo de cartão profissional e os procedimentos para a sua emissão e os requisitos técnicos dos equipamentos, funcionamento e modelo de comunicação de alarmes.

**Não dispensa a consulta da legislação em vigor.**





ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURANÇA

**WWW.APSEI.ORG.PT**  
Tel. + 351 219 527 849  
apsei@apsei.org.pt

Cofinanciado por:



Revisão e verificação efetuada por:

